

EM TEMPO:

Peródico Nacional Ano X Dezembro de 1986 Cz\$ 4.00 Nº 214

GREVE GERAL

OS TRABALHADORES RETOMAM A OFENSIVA

Segundo as primeiras avaliações da CUT, cerca de 25 milhões de pessoas paralizaram suas atividades na greve geral do dia 12.

(Págs. 6 e 7)



Foto: Vera Turayn

Suzana Pires



O PT que sai das urnas

Págs. 8 a 12

Cruzado II

Arrocho salarial para pagar a dívida externa

Págs. 4 e 5

Greve geral contra

Durou pouco a ilusão da “Nova República” em uma estabilidade completa de transição burguesa com a vitória eleitoral de 15 de novembro. A greve geral de 12 de dezembro, na qual participaram 25 milhões de trabalhadores de acordo com os cálculos da CUT, significa um avanço fundamental em relação ao período anterior, no qual as lutas dos trabalhadores eram localizadas e parciais. Mais do que isso, a continuidade e o aprofundamento deste amplo movimento de contestação à política econômica da “Nova República”, com a classe trabalhadora à frente, passa a ser uma possibilidade objetiva para o próximo período. O movimento operário pode, assim, retomar a sua ofensiva, paralisada e desviada desde a edição do Plano Cruzado pelo governo Sarney em março passado.

Caem as máscaras

A adoção de medidas antipopulares era prevista. A mini-recessão nos países capitalistas e a conseqüente diminuição das exportações brasileiras, implicando numa diminuição drástica no superávit da balança comercial, paralela às pressões dos credores estrangeiros, impuseram ao governo duas alternativas: a suspensão parcial ou total do pagamento dos 12 bilhões de dólares anuais ou a alteração da política de continuidade da expansão da economia, com a imposição de medidas como as do Plano Cruzado 2. Do governo da “Nova República”, não se poderia esperar outra lógica que não a da defesa dos interesses imperialistas.

Com o Cruzado 2, o congelamento oficialmente acabou. No próximo período, além do recrudescimento da inflação, o governo procurará implantar o arrocho salarial. Na lógica interna da política econômica do governo, duas possibilidades se colocarão nos próximos meses: um novo congelamento de preços já “realinhados”, ou seja, enormemente majorados em relação ao período anterior com a manutenção dos salários no patamar atual, ou a adoção de uma política mais monetarista, ao estilo Delfim Neto, com os preços mantendo-se sempre a frente dos salários.

A abertura de um novo período

Como primeira resposta às medidas do governo, a greve geral convocada pela CUT e pela CGT, foi extremamente importante. Cruzaram os braços em todo o país cerca de 25 milhões de

trabalhadores, isto é, 40% da força de trabalho. Uma paralisação que foi possível devido ao enorme sentimento de insatisfação e de desilusão com o mesmo PMDB, que havia alguns dias atrás conseguido atrair o voto da grande massa dos brasileiros.

No período anterior, com o congelamento dos preços, o ataque político sistemático do governo ao PT e à CUT, o movimento operário vinha sofrendo uma série de derrotas parciais e localizadas. O governo Sarney, que segundo pesquisas do Instituto Gallup, atingia em janeiro deste ano índices de popularidade de menos 22 no Rio e menos 36 em São Paulo, havia pulado, respectivamente, para mais 71 e mais 68.

Mesmo que durante todos estes meses tenha se mantido o processo de deflagração de greves, envolvendo um maior número de trabalhadores do que em 1985, elas passaram a ter uma duração média muito menor, em geral, e não obtiveram conquistas econômicas.

Como um espelho embaçado da correlação de forças na sociedade, o resultado das eleições é perfeitamente explicável. O PMDB, o grande vencedor, elegeu 22 dos 23 governos estaduais e uma maioria absoluta no Congresso Constituinte com mais de 300 parlamentares. Durante alguns dias, o PMDB viveu o sonho de uma hegemonia completa no país, de ser uma força capaz de controlar tudo.

FMI, levantando a bandeira do não pagamento da dívida externa, e vincule estas lutas às reivindicações democráticas.

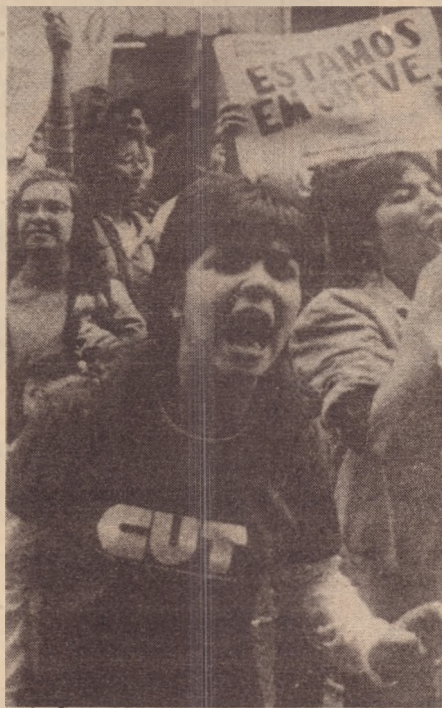
Do ponto de vista político, os próximos passos da burguesia serão os de procurar canalizar este movimento de massas, as expectativas de mudanças, para o processo constituinte. Buscará igualmente atrair a CGT para a proposta de um pacto social como o objetivo de isolar a CUT.

Quem perdeu e quem ganhou nas eleições

Os principais derrotados nestas eleições foram o PFL, o PDT e as concepções reformistas ou “progressistas” situadas à esquerda no espectro da Aliança Democrática.

O PDT sofreu duas duras derrotas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. O projeto de Brizola de consolidar suas posições no Rio e no Rio Grande do Sul, para no próximo período estender a sua influência a São Paulo, sofreu uma grande derrota. Mesmo tendo eleito um número maior de deputados federais que o PT, o PDT não terá um suporte para o avanço do “socialismo moreno” devido a grande heterogeneidade de sua bancada.

No caso do PFL, cuja pretensão era a de, melhorando sua situação nos governos estaduais e fazendo uma expressiva bancada na Constituinte,



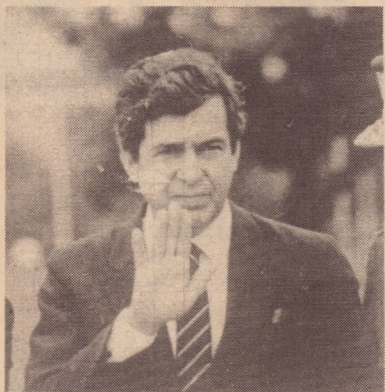
Ao contrário do que afirmou o governo e a maioria dos órgãos da imprensa burguesa, a greve do dia 12 de dezembro significou um enorme avanço para os trabalhadores. Além de romper a atomização que vinha caracterizando as lutas, a paralisação do dia 12 de dezembro foi nacional e envolveu, de acordo com os cálculos da CUT, 25 milhões de trabalhadores. Podemos afirmar por isso que esta greve muda a face da luta de classe no país.

A greve geral foi um contraponto ao resultado eleitoral. Nem o PMDB é tão forte como aparentemente mostram os resultados das urnas, nem o movimento operário estagnou suas possibilidades de crescimento. Ao contrário, abrem-se as mais amplas possibilidades de uma retomada do processo de lutas, agora em um novo patamar. Trata-se de construir um amplo movimento de massas que lute contra o arrocho salarial, questione a submissão da política econômica ao

te, dirigir de fato a Aliança Democrática e, articulado com Sarney, um ex-companheiro do PDS, dirigir igualmente o país, o resultado não foi diferente. O PFL elegeu apenas um governador no Sergipe diante de 22 do PMDB. E no Congresso Constituinte, o PFL contará com uma bancada bem menos expressiva que o PMDB.

As duas principais correntes reformistas do movimento operário, o PCB e o PC do B, expe-

retoma ofensiva "Nova República"



O governo se viu pressionado com a reação popular ao Plano Cruzado 2. Em primeiro momento, perdeu-se em explicações contraditórias sobre as medidas adotadas. Depois, em vão, jogou a demagogia de Sarney para desmobilizar a greve. Sem resultado, procurou reacenar com a proposta de um pacto social, ao mesmo tempo que colocava o exército nas ruas para reprimir os grevistas.

rimentaram resultados desastrosos. Estas organizações, saindo da clandestinidade, colhem os frutos de anos de conciliação com a burguesia sob a capa do MDB e depois do PMDB.

Um fato semelhante ocorreu com os setores chamados de "progressistas" ou autênticos do PMDB. Houve, é certo, a eleição de figuras expressivas desta ala nos cargos majoritários, mas nos cargos proporcionais os "progressistas" ou autênticos, com raras exceções, não conseguiram se eleger. Em geral, os políticos chamados "progressistas" cederam lugar aos conservadores de variada estirpe.

Em síntese, como resultado desta eleição é possível visualizar um grande coesionamento da burguesia brasileira em torno do projeto da "Nova República", conservadora e excludente com relação aos anseios populares e da direção do PMDB conservador e direitizado com relação ao que era sob a ditadura militar.

As possibilidades e responsabilidades do PT

O PT neste quadro, apesar de não ter correspondido às expectativas gestadas a partir dos resultados animadores obtidos nas eleições para as prefeituras do ano passado, saiu fortalecido. Com uma bancada de 17 deputados federais e 39 deputados estaduais, há um reforço significativo da força parlamentar do partido.

Além disso, o PT qualificou muito suas bancadas, elegendo seus principais quadros dirigentes e aumentando as possibilidades de estreitar as relações da frente parlamentar com o trabalho sindical. De um partido consolidado apenas em

São Paulo, o PT agora já pode se considerar um partido nacional sob todos os aspectos. Mais do que isso, o resultado das urnas confirmou a posição do PT como o partido mais importante de oposição à "Nova República".

Com o provável crescimento do desgaste do PMDB no próximo período decorrente da sua maior responsabilização perante às massas pelas medidas econômicas de conteúdo antipopular abre-se um enorme espaço de crescimento para o PT.

O partido será confrontado com o desafio de generalizar a construção de diretórios e núcleos, aumentar a sua unidade política e a sua capacidade de centralização (inclusive com a edição de um jornal nacional).

Ao mesmo tempo, como já ficou demonstrado na greve geral do dia 12 de dezembro, o impulso que leva milhões e milhões à insatisfação com a "Nova República" e à busca de uma alternativa é muito mais amplo do que a capacidade do PT em se constituir como referência direta para estes setores da população. Por isso, o partido deve procurar combinar a sua construção própria com uma política ampla, classista, de alianças que consiga trazer para a luta contra a "Nova República" ou até neutralizar os setores intermediários entre o PT e o PMDB liberal-conservador.

Essa política se desdobra, de um lado, na aplicação de uma política de frente única na ação no movimento sindical e, de outro, na criação de um campo político de contestação à hegemonia liberal-conservadora na Constituinte, a partir de um programa que englobe as principais reivindicações do movimento operário e popular.

A evolução conservadora do PMDB nordestino

Júlio Tavares

O "grande vitorioso" das eleições lembra muito, pelos seus mais representativos dirigentes, um acordo circunstancial entre membros das classes dominantes, com aplausos de serviais, desejosos de migalhas, das benesses do poder. Nunca um partido com algumas pretensões de impulsionar transformações em direção à democratização da sociedade.

Fernando Collor, o novo governador de Alagoas, é um jovem deputado federal, de uma das mais tradicionais, oligárquicas e milionárias famílias do estado. Como representante da oligarquia sempre foi muito coerente em sua vida política: sempre teve posições de direita. Votou contra as emendas diretas já e a favor de Maluf no Colégio Eleitoral. Como o PDS era um partido moribundo, e o PFL abrigava os políticos com os quais havia se antagonizado, entrou no PMDB. Por exclusão. Por cálculo. E se deu muito bem. Hoje é o novo governador do estado e cantado, em verso e prosa, como democrático.

Na Paraíba, o novo governador é Tarcísio Burity, que é simplesmente o antigo governador indicado pelo "generalíssimo" Figueiredo. Contra ele, pesa toda uma política, quando governador da ditadura, contra os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade. Durante anos fez intervenção econômica na Ampep (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba), visando destruir toda uma vanguarda sindical que surgia. Além disso, já foi acusado pelo seu atual aliado, o PC do B, de ser agente do SNI. Até hoje isso não foi desmentido, nem por ele nem pelo PC do B. Mas, hoje estão todos juntos na "frente democrática".

Ilusão

No Rio Grande do Norte, a luta é antes de tudo entre dois agrupamentos oligárquicos: os Maias e os Alves. Os Maias dominam o PDS e o PFL e os Alves dominam o PMDB. A novidade nessa história antiga foi dada justamente pelo maior usineiro do estado. Após a derrota do PMDB em 1982 no estado, esse usineiro passou a reorganizá-lo, com o objetivo de vir a ser o novo governador. Não deu outra. Hoje ele tem as rédeas do poder. O aparelho de estado ainda é o grande empregador no nordeste e muitos negócios são feitos à sua sombra. E, muitas vezes não apenas nas sombras.

Em Pernambuco, o PMDB construiu um amplo leque de aliança com segmentos conservadores, para viabilizar eleitoralmente a eleição de Miguel Arraes. Com aproximação da vitória, e com a morte política do PDS, um dos mais notórios e radicais malufistas, o deputado estadual Nilson Gibson, passou de armas e bagagem para o PMDB. O ex-prefeito do Recife, e também ex-malufista, foi escolhido para o senado. Com estas alianças, Arraes foi eleito governador do estado. O projeto é de desenvolvimento capitalista, de modernização, com a busca de melhorar as condições de vida do povo e conquistar mais espaço democrático. Tudo isso encontra pela frente uma barreira: a questão da terra. Pela resolução do problema agrário, passa a melhoria das condições de amplas parcelas nordestinas e a construção da democracia. Em alianças com parcelas das classes dominantes, isso é apenas uma ilusão.



“Para se fazer uma omelete, têm que se quebrar os ovos”, sentenciou o ministro do SNI, general Ivan de Souza Mendes. No caso, um omelete que fez jus a gula do cozinheiro chefe, o FMI, mas que ameaça não passar pela garganta dos brasileiros.

Juarez Guimarães

A lógica do senhor dos omeletes

Envolvido em doses cavalares de cinismo e de mentira, temos, enfim, o Plano Cruzado 2. Com ele, o governo “arrecada” 163,5 bilhões de cruzados: Cem bilhões virão de aumentos dos impostos indiretos; cinquenta, serão economizados como fruto de adiantamento de investimentos das maiores estatais; treze e meio bilhões serão embolsados pelo governo como decorrência do aumento das tarifas de energia elétrica.

Cerca de 90% de toda essa massa de dinheiro será usado para saldar parcela da dívida interna e externa do governo. Os especuladores com títulos públicos e os banqueiros internacionais agradecem.

Ciranda de enganos

Algum dia, algum escritor espirituoso escreverá a crônica destes dias. Falará deste partido, o PMDB, que pregou a maior peça da história política do país em seu eleitorado, fazendo cinco dias após o fim das eleições exatamente o contrário do que pregou durante toda a campanha.

Falará também do jogo das palavras feitas para encobrir velhos usos e práticas. Ao invés de arrochar os salários por que não “desaquecer o consumo”? Ao invés de carestiar por que não “realinhar preços”?

Mas o ardil maior é, sem dúvida, o próprio Cruzado 2. A ditadura pretendia arrochar os salários impondo decretos que reajustavam os salários em 70% ou 80% da inflação. O governo Sarney quer atingir o mesmo fim decretando aumento de preços e maneira de calcular a inflação.

O fim do congelamento

O ministro Funaro argumentou que os aumentos de preços decretados afetavam produtos de consumo de elite e que os trabalhadores que recebem até cinco salários-mínimos foram preservados de novo ônus. O brasileiro do ministro Funaro, já se disse, não fuma, não bebe cerveja ou cachaça, não usa telefone, não manda carta, não come açúcar, não toma banho de chuveiro elétrico e, de noite, vive no escuro. Isto é, não existe.

Assim, se é evidente que se as chamadas classes médias assalariadas foram as mais direta e violentamente afetadas pelos aumentos de preços, a erosão afetou o poder aquisitivo do conjunto da população. Cigarros, bebidas alcóolicas, tarifas de telefone, tarifas postais e tarifas de energia elétrica são bens de uso generalizado.

Além de falsa, a argumentação do governo pretende inserir uma dicotomia entre faixas de assalariados, ocultando o fato de que fez a opção de não onerar os especuladores financeiros, os banqueiros, os que têm altos rendimentos.

O pior, entretanto, é que o governo ao decretar elevações de preços tão drásticas para uma série de produtos e tarifas, acabou por dar o golpe de misericórdia no congelamento, já combatido pela prática generalizada do ágio e pela especulação com estoques. De acordo com Walter Barelli, diretor do Dieese, os aumentos decretados pelo governo provocarão uma reação em cadeia de aumento de preços. O economista Eduardo Modiano, um dos artífices do Plano Cruzado, reconheceu que “as medidas na prática geraram o descongelamento”.



A trapaça da inflação

Se é certo que os preços no próximo período alcançarão vãos cada vez mais altos, pode-se entender porque o governo resolveu logo alterar os índices que medem a inflação. A fraude no cálculo da inflação não é, porém, uma atitude inédita neste curto período de “Nova República”: já em julho, se decidira expurgar o índice inflacionário do “empréstimo compulsório” sobre a gasolina e o álcool decretado pelo próprio governo.

A mudança operada foi a substituição do chamado IPC-Amplio pelo IPC-restrito. Este último, centrado apenas em uma cesta básica de produtos e itens considerados essenciais, como alimentação, transporte e moradia, não considera os aumentos dos preços de cigarros, bebidas, automóveis e vestuário.

A mudança, que significa o maior expurgo da história econômica do país, pois não considera exatamente a maior parte dos grandes aumentos de preços agora decretados, provocou crise e reações fortes. O

economista Edmar Bacha, responsável pela direção da instituição que calcula os índices de inflação (o IB-GE) pediu demissão. O conselho de fiscalização do índice inflacionário, composto por representantes de entidades sindicais, patronais e economistas independentes, votou uma nota de repúdio à medida.

A nota de cinismo ficaria, porém, a cargo do ministro Pazzianotto. De acordo com ele, a mudança no índice não teria maior importância já que “os índices numa mesa de negociações são apenas referências, pois as reivindicações dos trabalhadores nunca se ativeram ao índice de preços”.

O gatilho desarmado

A alteração no cálculo do índice da inflação teria, além disso, um objetivo imediato. A taxa de inflação acumulada do IPCA atingiu, de fevereiro a outubro, 10,25%. De acordo com o professor Décio Munhoz, apenas o aumento dos preços dos cigarros, bebidas e automóveis na inflação de dezembro ficaria entre 10 a 11%. Assim, o disparo do gatilho de reajuste automático de salários a partir de uma inflação de 20% decidido quando do Plano Cruzado I, seria acionado fatalmente em dezembro. Com o IPC restrito, isto não ocorrerá.

Além disso, o governo introduziu uma interpretação da aplicação do gatilho de reajuste automático dos salários que o torna quase uma peça decorativa. Agora o disparo só será acionado quando a inflação atingir 20%, após a data-base do dissídio. E, se a inflação do período superar os 20%, a diferença não será incorporada e ficará como crédito para um segundo disparo. Cogita-se também de descontar do reajuste as antecipações salariais e até ganhos reais de salários do período.

Arrocho, desemprego, FMI

Aumentos de preços, modificação no cálculo da inflação e mudança na aplicação do gatilho de reajuste salarial formam uma construção coerente e que tem um nome: arrocho salarial. Para não vir só, ele vem acompanhado de demissões, e ameaças de desemprego.

O governo pretende fechar cerca de quinze empresas estatais e demitir trabalhadores. O BNH, com os seus mais de oito mil funcionários, abriu a lista das demissões. Além disso, o governo planeja um corte de 15% nos planos de investimentos estatais. Sabe-se a importância que o investimento estatal tem para a geração de empregos e para o crescimento da economia.

Coerente em sua construção, o pacote obedeceu também a um calendário preciso. No dia 10 de dezembro, a direção do FMI se reuniria para fazer uma avaliação da economia brasileira e no dia 15 de dezembro seria a vez do Clube de Paris, que gerencia os empréstimos públicos da dívida externa.

É transparente, portanto, a estratégia servil ao capital financeiro internacional na qual se encaixa o chamado Cruzado 2. Na voz de um ministro da área política, em declaração ao jornal *Gazeta Mercantil* do dia 24/11/86: “O governo está realizando, com o apoio do povo (sic) e à sua maneira, tudo o que o FMI nos queria impor. Então, não é razoável que não nos atendam, se já fizemos o que é possível”.

Extraído da revista Senhor, nº 298 — 02/12/86



Desfazendo fantasias, rasgando mitos, a evolução recente da economia recolocou no centro do debate político do país o tratamento a ser dado à dívida externa.

A DÍVIDA EM QUESTÃO

PT propõe plano econômico de urgência

O diretório nacional do Partido dos Trabalhadores aprovou no último dia 30 de novembro um documento que, após analisar o último pacote econômico do governo, propõe uma série de medidas a serem tomadas em caráter de urgência. A sua aplicação, de acordo com o PT, permitiria "atacar algumas das causas estruturais da atual crise da economia brasileira, debelar a inflação e a carestia e realizar uma ampla redistribuição da renda, esfacando a sangria das riquezas brasileiras para o exterior e sua concentração em poucas mãos".

1 — Revogação imediata de todos os decretos e decretos-leis que conformam a atual política econômica do governo e elaboração de uma nova política com a participação das diferentes entidades da sociedade civil brasileira;

2 — Suspensão imediata do pagamento da dívida externa, com a simultânea instauração de auditoria e verificação caso a caso e recomposição da capacidade de financiamento e investimento do setor público;

3 — Congelamento efetivo dos preços, em especial dos gêneros de primeira necessidade, através da aplicação da Lei Delegada n.º 4 contra todos os especuladores, expropriando seus estoques e colocando-os sob controle do Estado; democratização do controle do congelamento, com a participação das entidades populares e da sociedade civil na fiscalização dos custos da produção das empresas industriais, agrícolas e comerciais; democratização das decisões a respeito dos reajustes dos preços relativos e da intervenção do Estado na estrutura de comercialização e abastecimento;

4 — Reforma tributária que eleve substancialmente o Imposto de Renda sobre os 5% mais ricos da população e diminua esse mesmo imposto sobre as pessoas que ganham até 10 salários mínimos; que reduza os impostos indiretos que incidem sobre a maioria da população; que penalize fortemente os latifundiários, em especial os improdutivos, os ganhos de capital, os ganhos os especulativos financeiros, comerciais e imobiliários e as grandes heranças; e que beneficie os setores produtivos da economia, em especial os pequenos produtores rurais e urbanos;

5 — Estatização do sistema bancário e financeiro, efetivando a mudança radical do perfil da dívida interna e liquidando com os ganhos especulativos da rolagem dessa dívida, redirecionando os recursos financeiros para os investimentos prioritários, efetivando uma política econômica de crescimento estável e de políticas sociais que garantam a melhoria das condições de vida da população;

6 — Adoção de uma política salarial que permita o estabelecimento de um salário mínimo real (de acordo com os cálculos do Diesse), a reposição das perdas salariais herdadas da ditadura e a implantação de uma escala móvel de salários que garanta aos trabalhadores os ganhos de elevação da produtividade e as compensações devidas à inflação e um salário-desemprego condigno para todos;

7 — Início imediato da realização massiva da Reforma Agrária, associada à implantação de uma política de crédito, assistência técnica e preços justos para os pequenos e médios lavradores de modo a garantir a elevação da produção agrícola, em especial dos gêneros de primeira necessidade.

O fantasma de uma nova crise cambial ronda o país. A ameaça de que o Brasil não tenha recursos nos próximos meses para pagar os juros da dívida externa, como vinha ocorrendo nos últimos anos, estourou como uma bomba. A informação de que o país havia obtido em outubro um superávit comercial de apenas 210 milhões de dólares — o mais baixo desde fevereiro de 1983 — somou-se à avaliação de que este superávit seria até menor nos próximos meses. Como se sabe, a geração de um superávit comercial da ordem de um bilhão de dólares por mês vinha sendo a garantia do pagamento de aproximadamente doze bilhões de dólares de juros da dívida externa a cada ano.

A situação se torna ainda mais delicada à medida em que fontes qualificadas do governo estimam em apenas 4,9 bilhões de dólares as reservas monetárias do país. A queda das reservas monetárias nos últimos meses estaria beirando o ponto crítico, a partir do qual o governo teria que adotar a centralização do câmbio, o controle rigoroso sobre todas as transações externas do país.

E, de repente, se desvaneceram todas aquelas fantasias propagadas pelos economistas da "Nova República" que afirmavam a autonomia do capitalismo brasileiro diante do capitalismo internacional e que previam um crescimento de 7% ao ano para toda a década. O governo muda de linguagem: agora fala em "negociações duras com os credores", prevê um crescimento de 4% no próximo ano. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo chegou a declarar: "acabou a farra!"

Quarta-feira de cinzas

Como toda boa mentira, a ilusão tem um pé na realidade: a economia brasileira, como algumas outras economias dependentes do mundo que alcançaram um nível importante de desenvolvimento de seu parque industrial, trilhou um caminho diferente das outras economias latino-americanas nos últimos anos. Enquanto estas viveram um processo de estagnação ou recessão, a economia brasileira recuperou o dinamismo de seu crescimento.

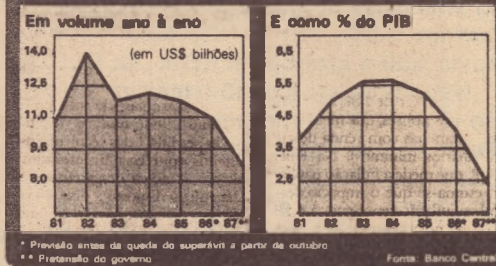
A manutenção de altas taxas de crescimento da economia nestes últimos três anos, conjugada com a transferência de cerca de 35 bilhões de dólares para o exterior no mesmo período, foi uma façanha possível de ser realizada apenas porque o mercado mundial foi capaz de absorver um verdadeiro boom das exportações brasileiras.

A evolução do capitalismo internacional neste ano veio, porém, estreitar a margem de manobra do delicado equilíbrio da política econômica da "Nova República". As principais economias imperialistas já experimentaram o que se pode chamar inquestionavelmente de uma mini-recessão (o que resulta

no estreitamento dos mercados para exportação); como reação ao maior déficit comercial de sua história — avaliado em cerca de 170 bilhões de dólares para este ano — os EUA iniciam uma política de desvalorização do dólar e tomam medidas protecionistas.

O resultado é uma tendência implacável no sentido de que o Brasil — o qual obteve em 1985 o terceiro maior superávit comercial do mundo, após o Japão e a Alemanha — veja minguar no próximo período a sua arcajada exportadora.

As transferências de recursos para o exterior



O engodo da soberania preservada

Atrelada à fantasia econômica, desfaz-se também o mito de que a condução da política econômica da "Nova República" soube preservar a soberania do país. Se houve, de fato, uma maior autonomia em relação ao FMI, não se pode falar em soberania quando os interesses dos bancos internacionais foram rigorosamente preservados. Basta dizer que nos quatro últimos anos, o Brasil remeteu para o exterior 50 bilhões de dólares, quase a metade de tudo que a América Latina remeteu no período.

Assim, o problema da dívida retorna ao centro da conjuntura política do país. O debate se estabelece até nas fileiras do próprio PMDB: qual a atitude deve ser tomada em relação à dívida? Será possível tomar medidas profundas de arrocho salarial e recessivas para continuar pagando os juros da dívida externa?

Pressionada pela reação ao último pacote, a Executiva Nacional do PMDB aprovou um documento que retoma, sem definir, a idéia de um tratamento soberano da dívida. O governo fala em "negociações duras" com os bancos internacionais mas treme diante da idéia de uma moratória unilateral. Todos eles sabem que um enfrentamento real com o capital financeiro internacional significa também enfrentamento ao grande capital aqui instalado e que compõe a base social principal do governo.

De maneira inédita, o PT e o movimento sindical ligam com força a luta contra o Plano Cruzado 2 e a suspensão ou não-pagamento da dívida externa. Um roteiro de colisão está armado e deve marcar o próximo período da luta de classes no país. (Juarez Guimarães).

Greve geral

Trabalhadores retomam a ofensiva

Confrontado com vinte e cinco milhões de trabalhadores em greve, o governo responde com mentiras e uma proposta de pacto social inaceitável para os trabalhadores. A burguesia, solícita, tenta transformar em derrota uma das maiores mobilizações da história do país.

Como se já estivessem prontos desde o começo da semana que antecedeu o dia 12 de dezembro, os editoriais da grande imprensa e as chamadas de primeira página mostravam claramente o "fracasso" que havia sido a greve geral deste dia 12.

Não faltou até mesmo o mais refinado cinismo no tratamento da coisa. A **Folha de São Paulo** chega a mencionar que a CUT e a CGT tinham criado um problema para o governo, pois o que ocorreu foi uma demonstração de fraqueza destas organizações e agora o governo não tinha interlocutores com os quais discutir o pacto social.

Por parte do governo o discurso não foi muito diferente. O "grupo dos panos quentes" (a dupla Pazzianotto e Marco Maciel) afirmava que não haviam vencedores e vencidos, que o que havia era um forte sentimento de negociação presente nos trabalhadores.

Contudo, a verdadeira atuação do governo não foram as palavras cínicas ou conciliadores. O que se viu foi a armação do maior aparato de repressão já exibido nos últimos tempos. Desde a pressão contra as empresas de comunicações, numa autêntica censura aos meios de comunicação de massa, à exibição de tanques de guerra, fuzileiros navais, ocupações militares e o pronunciamento do presidente da república, a atuação do governo se deu no sentido de quebrar o movimento, a partir da derrota de sua espinha dorsal (os setores do movimento operário das principais capitais do país).

A construção da greve geral

Sem dúvida nenhuma, a greve geral do dia 12 de dezembro representa um ponto de inflexão na atuação do movimento operário neste período. De uma propaganda geral do movimento sindical, levantada fundamentalmente pela CUT desde o seu congresso de fundação, o movimento sindical realiza agora sua grande experiência de unificação das lutas, numa perspectiva de confronto com a política econômica do governo.

A última experiência de luta de caráter generalizado foi a greve nacional do dia 21 de julho de 1983. Naquele ano, paralisaram suas atividades cerca de 2,5 milhões de trabalhadores. Neste período muitas categorias realizaram movimentos grevistas e o movimento sindical capacitou-se a realizar movimentos mais amplos, como as greves nacionais de bancários ou as campanhas salariais de várias categorias.

A greve geral do dia 12 de dezembro assumiu um caráter nacional, revelando a representatividade que existe hoje na condução do movimento, principalmente por parte da CUT. Se ocorreram problemas na paralisação em alguns centros importantes (em particular no caso da cidade de São Paulo), isto não diminui a relevância do movimento. Pelo contrário, com o atual quadro organizativo do movimento sindical no Brasil, a paralisação de um número tão grande de trabalhadores a partir da convocação nacional é uma vitória muito expressiva.

Preparada em não mais que dez dias, a greve geral foi uma grande vitória do movimento sindical. Segundo as avaliações mais pessimistas — no caso a do Serviço Nacional de Informações — paralisaram suas atividades perto de 10 milhões de trabalhadores. A revista **Veja**, trabalhando com dados do governo e de levantamentos feitos pela própria imprensa, estimou em 15 milhões de trabalhadores paralisados. A CUT, partindo de levantamentos e informes de suas estaduais avaliou em 25 milhões o total de grevistas.

Entretanto, o fundamental não é discutir as discrepâncias dos dados informados, mesmo porque para o governo e a imprensa burguesa o rebaixamento dos números é um dado necessário para sua política posterior à greve geral.

O principal, e que revela o caráter vitorioso desta greve, é o fato de que responderam à convocatória um número de trabalhadores que corresponde praticamente ao dobro do total de grevistas dos anos de 1985 e 1986 somados. Ou seja, a convocatória da greve geral ampliou-se a muito mais do que as ca-

tegorias e setores do movimento sindical que fizeram a experiência de greves nos últimos anos.

Um elemento importante para que se atingisse este patamar foi a unificação do comando da greve entre a CUT e a CGT. Obrigada a se unir à CUT nesta luta, a CGT teve que abandonar rapidamente seu ufanismo pós eleitoral, quando afirmava que a vitória do PMDB representava a abertura de um período de crescimento, pois ela teria condições de capitalizar esta vitória. A imediata reação de repulsa da população à ofensiva do governo, obrigou a CGT a formar fileiras com a CUT na convocação da greve geral.

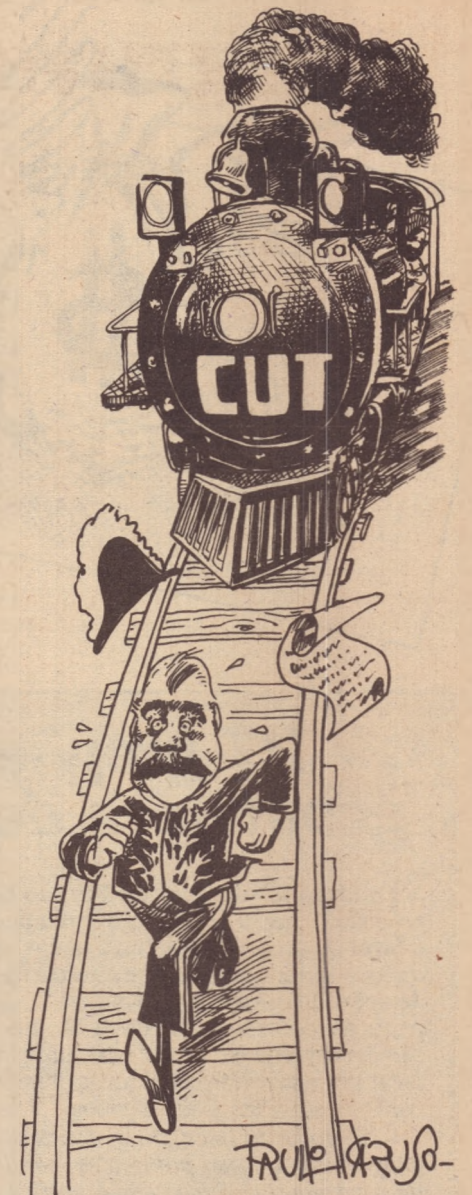
A reedição do pacto social

Entretanto, se esta unificação representa uma vitória dos setores classistas do movimento, não significa de maneira nenhuma que os setores pelegos e reformistas não atuarão segundo sua ótica. A participação da CGT neste processo é um elemento decisivo no sentido de credenciá-la como interlocutora válida para as negociações do pacto social proposto novamente pelo governo.

Desta forma, neste período que se abre, estarão em disputa dois projetos fundamentais de direção do movimento sindical. A CGT e setores direitistas do movimento (como a USI, que resuscitou agora) se prontificam de imediato na elaboração do pacto social, no sentido de garantir a estabilidade do processo de transição elaborado pela "Nova República". Os dirigentes da CGT já declararam sua disposição para isto. Neste sentido, a atuação da CUT não pode vacilar em responder com muita firmeza à nova ofensiva que o governo pretende.

Os desafios do próximo período

Confrontada com o chamamento à negociação, a CUT tem a possibilidade de se manter na ofensiva e na direção do movimento, a partir de uma compreensão clara das bandeiras a serem



Extraído da Revista Senhor — n.º 300

colocadas e da dinâmica que o movimento sindical deverá ter neste primeiro semestre de 1987. A rejeição da atual política econômica e a negação da dívida externa são os elementos fundamentais desta política. Além disto, um dos pontos importantes do processo de mobilização geral deverão ser as campanhas salariais do primeiro semestre, embora o fundamental deverá se dar a partir de uma campanha generalizada, trabalhada com as respostas do governo às reivindicações do movimento.

Para se capacitar a esta tarefa, a CUT deverá avançar mais nos passos que deu neste final de ano, rompendo definitivamente as dificuldades que aconteceram neste processo de greve geral.

Duas questões principais estarão colocadas: joga grande papel neste processo de mobilização um entendimento claro do processo de trabalho com a CGT; neste sentido a CUT deve aprofundar sua compressão sobre a possibilidade de unificação nas lutas concretas, não condicionando, contudo, sua política à atuação da CGT. Além disto, é necessário também avaliar com clareza os problemas que ocorreram na convocação da greve e na sua própria execução. As dificuldades havidas na definição dos eixos centrais da greve por parte da CUT e alguns problemas na paralisação do dia 12 necessitam de uma atitude clara por parte das direções sindicais, garantindo um efetivo trabalho sindical a partir das bases do movimento.

Jair Meneguelli:

"A greve geral do dia 12 foi apenas o início da luta que vamos travar em 1987"

Na manhã do dia 13, o presidente da Central Única dos Trabalhadores fez um primeiro balanço da greve geral e falou dos desafios que se colocam à ação do movimento sindical no próximo período.

O governo e a grande imprensa falaram no "fracasso" da greve geral do dia 12. Qual a avaliação que a CUT faz do alcance do movimento?

Meneguelli — A greve não foi um fracasso porque, na verdade, ela existiu. A nossa primeira avaliação é que mais de 25 milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades em todo o país. A greve atingiu inclusive capitais onde nunca se falou em greve, como Rio Branco, Maceió, Aracaju, Cuiabá. A proporção da greve em Santa Catarina, por exemplo, para nós foi uma surpresa.

Por tudo isso, nós entendemos que a greve foi vitoriosíssima. E a avaliação que nós fazemos é muito positiva, porque eu não conheço na história do país nenhuma paralisação desta envergadura.

A paralisação em São Paulo não correspondeu às expectativas. No entender da CUT, São Paulo foi o ponto fraco da greve?

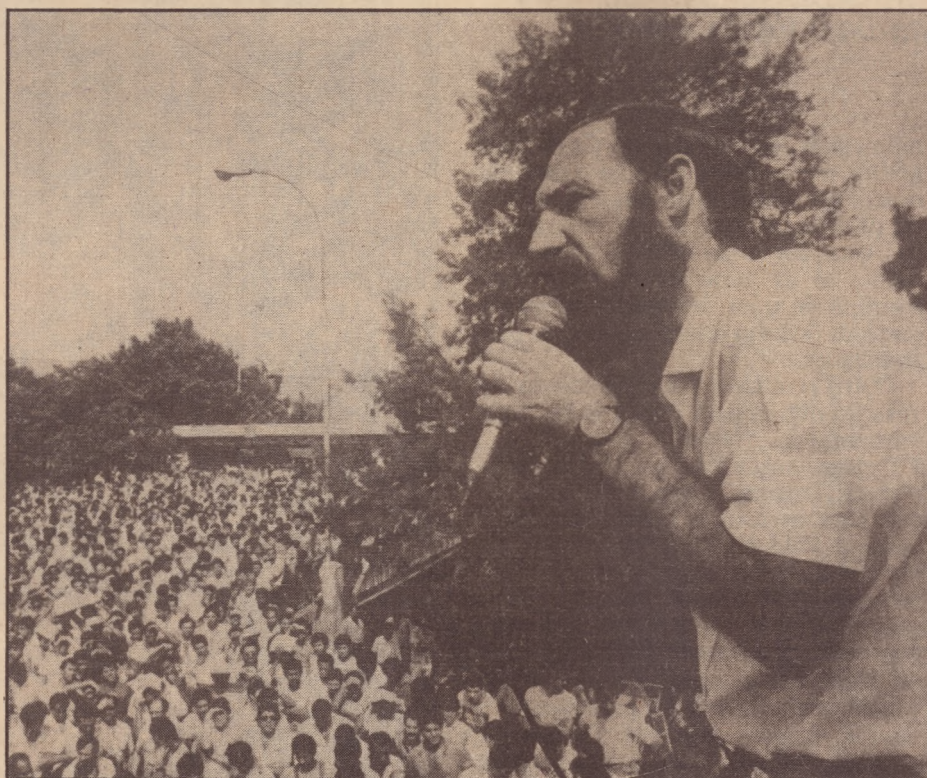
Meneguelli — Eu acho que São Paulo não foi um ponto fraco da greve. Dizem que os bancos e o comércio funcionaram. Na verdade chegaram a abrir, mas o comparecimento de funcionários foi muito pequeno, o público não entrava. Houve greve nos setores metalúrgicos, químicos, plásticos, têxteis e outros setores da indústria. O que não dá é para medir a greve pelos transportes. Assim, seria muito simples: se tem transporte não tem greve; se não tem transporte tem greve. O que eu acho é que o trabalhador tem que fazer greve independentemente de ter transporte ou não, atendendo ao chamado do movimento sindical.

Durante a preparação da greve manifestaram-se divergências entre a CUT e a CGT, inclusive sobre o caráter da greve. Se era contra o governo ou não e sobre outras questões. Qual a sua avaliação dessa unidade de ação com a CGT?



Eu não conheço na história do país nenhuma paralisação desta envergadura.

Meneguelli — Nós há muito tempo temos buscado essa unidade na ação, porque entendemos que era necessário, e é necessário, a superação das nossas divergências, porque os interesses da classe trabalhadora são maiores do que



Em São Bernardo, a greve começou no dia 11: Meneguelli dirige a assembléia dos operários da Volks em greve

as nossas divergências. Isto foi conseguido e eu espero que tenha uma continuidade porque esta paralisação do dia 12 foi apenas o início de uma luta que nós vamos ter que travar em 1987.

O movimento sindical foi acusado de "precipitação" por convocar uma greve com muito pouco tempo para sua preparação. Você concorda com isto?

Meneguelli — O que tem que ficar entendido é que as centrais, e na minha opinião a CUT têm essa representatividade, têm condições de convocar uma greve geral na medida em que avaliar essa necessidade. E não podemos ficar avaliando se a adesão seria maior ou menor com a greve em outra data. O importante é que a greve foi feita e cerca de 25 milhões de trabalhadores atenderam à convocação das centrais.

O governo voltou a propagandear muito a idéia do pacto social e durante a preparação da greve a CGT, através do Joaquinão, disse que a greve não era contra o governo, pelo contrário, seria para fortalecer as negociações com os credores externos. Certamente para a CUT a greve não teve este caráter. Que perspectiva você acha que tem esse "entendimento" ou pacto social que o governo propõe?

Meneguelli — Em primeiro lugar, o caráter dessa greve, no entendimento da CUT, não era para reforçar qualquer ministro a conseguir quaisquer vantagens na negociação. O caráter da greve era exatamente contestar a política econômica do governo. Enquanto nós não definirmos concretamente o que fazer a respeito da dívida externa,

ou seja, enquanto nós não mexermos na questão estrutural, todas as outras discussões, todas as outras medidas que poderão ser tomadas ou não, serão apenas paliativos.

A palavra pacto significa para mim uma troca de algo por algo. E o que



Enquanto não tocarmos na questão da dívida externa, todas as outras discussões, todas as outras medidas serão paliativas.

nós teríamos a dar em troca seria abrir mão do direito de greve: isto a CUT jamais abrirá. Com relação à negociação, o movimento sindical tem tradição, e as greves inclusive têm como objetivo forçar uma negociação concreta. Nós estamos dispostos a negociar, seja com os empresários seja com o governo e vamos colocar os nossos pontos, as nossas reivindicações e os nossos entendimentos, e o governo deverá também apresentar as suas propostas para que nós possamos confrontar e aí sim haver uma discussão real e concreta.

O que o movimento sindical poderia dar em troca numa negociação com o governo?

Meneguelli — Eu acho que o movimento sindical pode dar muito pouco em troca. Quem tem que dar alguma coisa nesse país é a classe empresarial, são os latifundiários, são os banquei-

ros, são os empresários e o próprio governo.

A dívida social desse país com os trabalhadores já é muito antiga.

A greve do dia 12 foi feita contra o Pacote do cruzado II. É claro que o governo somente com a greve não vai revogar o pacote, ou pelo menos as medidas que mais afetaram a classe trabalhadora. Quais os próximos passos que a CUT entende serem necessários para conseguir o atendimento das principais reivindicações levantadas na greve?



O governo, a partir do sucesso desta greve, não vai poder se negar mais a uma discussão séria e concreta com o movimento sindical.

Meneguelli — A CUT, desde a convocação desta greve, já tinha bastante claro, e não vendemos nenhuma ilusão de que apenas a paralisação do dia 12 resolveria, ou que nós teríamos com essa paralisação o atendimento das nossas reivindicações. Nós sabíamos de antemão que era apenas um início de jornada que nós vamos ter que desenvolver no ano de 1987.

Vamos reunir a executiva da CUT no próximo dia 16, e o conjunto do movimento sindical no próximo dia 17, e levar propostas de prosseguimento dessa luta. Efetivamente o governo, a partir do sucesso dessa greve, não vai poder se negar mais a uma discussão séria e concreta com o movimento sindical, mesmo porque possivelmente nós tenhamos que fazer outras manifestações e, quem sabe tenhamos que voltar a realizar outras greves gerais e isto cada vez em maior proporção, para ver definitivamente as nossas reivindicações e os nossos anseios atendidos.

— Logo depois do Cruzado I, uma série de greves por categoria foram derrotadas. Esta é a primeira resposta unificada, que pretende dar uma resposta nacional, do conjunto da classe trabalhadora, à política econômica do governo. Você acha que a perspectiva do início de 1987 é a retomada das greves de categoria ou a tentativa de continuidade de uma ação unificada do conjunto da classe?

Meneguelli — Nós temos entendimento dentro da CUT de que enquanto ficarmos apenas nas lutas localizadas por categoria nós dificilmente alcançaremos algum sucesso. É claro que a CUT vai continuar lutando, vai continuar tentando mostrar para a classe trabalhadora a importância de se unificar, de fazer novas ações conjuntas e talvez até novas greves gerais. O que não quer dizer que as greves de categoria não vão existir no início do próximo ano.

O PT que saiu das urnas

Consolidado a nível nacional, as tarefas do PT no próximo período exigem a compreensão das lições deste processo eleitoral. Confrontado com um PMDB agigantado, o PT precisará da ousadia de um Davi frente a Golias.

Um grande passo para a consolidação do PT como um partido nacional. Assim a votação obtida pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 15 de novembro passado foi saudada na reunião do Diretório Nacional realizada nos dias 29 e 30 de novembro. Elegendo deputados constituintes em seis estados (SP, MG, RJ, ES, PA) e deputados estaduais em mais outros sete estados, (além de ter o senador mais votado em Brasília, "derrotado" pelas sublegendas) o PT obteve um resultado abaixo do esperado depois das eleições municipais do ano passado, mas de qualquer forma muito superior ao resultado alcançado em 1.982.

O crescimento do partido, que passou de oito deputados federais (dos quais três abandonaram o PT no episódio do Colégio Eleitoral que elegeu Trancredo Neves) para dezessete deputados constituintes e de treze deputados estaduais (dos quais também alguns "abandonaram o barco" na mesma ocasião) para trinta e nove, revelou-se não só no crescimento do número de parlamentares como pela mudança de qualidade das bancadas eleitas. Agora, alguns dos principais dirigentes do partido fazem parte das bancadas parlamentares, bem como alguns de seus principais dirigentes sindicais.

Um partido nacional

Depois das eleições de 1982, o PT passou a ser caracterizado por parte da grande imprensa e mesmo por alguns de seus militantes de "partido paulista", devido à grande concentração da influência e de votos obtidos no principal estado do país.

Com a participação nas eleições municipais do ano passado esta tendência já fora revertida, mas somente agora, com eleições para os cargos proporcionais isto pode se refletir melhor na estrutura e construção do partido. O PT obteve grandes votações nos quatro principais estados do país (SP, MG, RJ e RS) e conseguiu eleger parlamentares em um total de treze estados, tendo como saldo em todos eles, além da presença política de militantes do partido no parlamento, tudo que isto significa para a estrutura e a construção do PT nestes locais.

As surpresas e derrotas da eleição

Um elemento importante verificado nestas eleições foi o resultado alcançado pelo partido nos dois estados onde obtiveram a maior votação nas eleições

municipais, em Goiás e no Ceará. Em ambos os estados o PT não conseguiu repetir o sucesso da propaganda eleitoral do ano passado, fator fundamental nas votações então obtidas. Nesses estados, se as votações recebidas não configuram uma derrota completa do partido, ficaram muito abaixo das possibilidades.

Outro resultado a ser assinalado é a votação obtida pelo PT na Bahia e em Pernambuco. Nestes estados, onde o PT elegeu um e nenhum parlamentar respectivamente, a grande derrota ficou para os setores que defendiam o apoio a Valdir Pires e Miguel Arraes. Na Bahia, o deputado estadual eleito foi justamente um dos que não apoiaram o candidato do PMDB. A derrota do setor que apostava no apoio a Valdir Pires, sob o argumento de que isto "facilitava" a eleição de parlamentares do PT, é mais uma vez a prova de quantos prejuízos esta política trouxe ao partido, constituindo-se na principal causa da derrota política do PT no estado.

Em Pernambuco, onde o PT não elegeu nenhum parlamentar, os maiores derrotados também são os que apoiaram Arraes (chegaram a existir vários panfletos e cartazes de candidatos do PT em "dobradinha" com peemedebistas e apoiando Arraes). O não lançamento de candidato próprio foi uma das causas da derrota do partido no estado.

Uma nova relação do PT com o parlamento e seus parlamentares

As características da bancada eleita pelo PT abrem possibilidade de se iniciar uma relação completamente diferente entre o conjunto do partido e os parlamentares eleitos. A presença de dirigentes partidários e sindicais na bancada reforça não só o controle da bancada por parte do partido como pode facilitar a articulação do trabalho dos parlamentares petistas com os movimentos sociais em geral, particularmente o movimento sindical.

É verdade que o peso maior da bancada parlamentar pode conduzir também a uma política parlamentarista, excessivamente institucional, e a uma situação em que os parlamentares passem a "controlar" o partido devido a estrutura que têm à sua disposição. A condição para que isto não aconteça é o rígido controle partidário das bancadas parlamentares, evitando-se a sua autonomização e o uso das vantagens parlamentares em benefício pessoal dos eleitos.

Suzana Pires



Os parlamentares eleitos

Estado	Deputados Federais	Deputados Estaduais
RS	Olívio Dutra e Paulo Paim	Raul Pont, José Fortunati, Selvino Heck e Adão Preto
SC	—————	Lucy Choimasck
PR	—————	Pedro Tonelli
SP	Lula, Plínio Sampaio, Luiz Gushiken, Florestan Fernandes, Eduardo Jorge, José Genoíno, Irma Passoni e Gumercindo Milhomem.	José Cicote, Luíza Erundina, Telma de Souza, José Dirceu, Ivan Valente, Roberto Gouveia, Lucas Buzzato, Clara Ant, Expedito Soares e José Machado
MG	Paulo Delgado, Virgílio Guimarães e João Paulo Vasconcelos	Chico Ferramenta, Sandra Starling, Raul Messias, Nilmário Miranda e Agostinho Valente
RJ	Vladimir Palmeira e Benedita	Carlos Mink, Luis Paes Sales, Lúcia Arruda e Ernani Coelho
ES	Victor Buaiz	Claudio Vereza, Ângelo Moschen e João Carlos Coser
GO	—————	Athos Magno e Antônio Carlos Moura
BA	—————	Alcides Modesto
SE	—————	Marcelo Deda e Marcelo Ribeiro
CE	—————	João Alfredo e José Hilário
PA	Geraldo Pastana*	Valdir Ganzer e Edmilson
RO	—————	Nery e Newton Caetano
Total	17	39

* Eleição não confirmada

Os eleitos do PT no Congresso Constituinte

Eleitos para um Congresso Constituinte de corte nitidamente conservador, os 17 parlamentares do PT terão nos próximos anos uma grande responsabilidade: o de serem porta-vozes dos anseios da classe trabalhadora, enfrentar a burguesia em seu terreno e colocar seus mandatos a serviço do avanço da luta pelo socialismo.

Sem dúvida, os fatos mais significativos para o partido, além da estrondosa votação obtida por Lula (o deputado Constituinte mais votado do país) são as bancadas eleitas, tanto federal quanto estaduais. Combinando a presença de dirigentes do partido como Lula, José Dirceu e Raul Pont, dirigentes sindicais como Gushiken e Paim, trabalhadores rurais como Pastana e intelectuais como Florestan Fernandes, as bancadas tendem a ser mais integradas ao partido. Este fato é importante para o PT na medida em que seus porta-vozes são, de um modo geral, seus principais construtores. Aqui o perfil da bancada do PT no Congresso Constituinte:

Aqui o perfil da bancada

Lula — Presidente Nacional do PT desde a sua fundação. Ex-presidente (cassado) do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Liderança Operária maior do país, dirigiu as primeiras grandes greves após 1968. No PT, participa da chamada "Articulação" (Ex 113).

Plínio de Arruda Sampaio — Foi chefe de gabinete do governo de Carvalho Pinto na década de 50. Assessor da CNBB, apoiado por setores significativos da igreja. No PT, participa da "Articulação" (Ex 113).

Luis Gushiken — Presidente licenciado do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Liderou a greve nacional dos bancários do ano passado e neste ano. No PT, participa da "Articulação" (Ex 113).

Florestan Fernandes — Sociólogo, professor da PUC-SP. Foi aposentado pelo AI-5 do cargo que ocupava na USP em 68. Autor de vasta obra no campo da sociologia, antropologia e política. Filiou-se recentemente ao PT.

Eduardo Jorge — Médico, é atualmente deputado estadual pelo PT. Participa dos movimentos populares e de saúde

de na Zona Leste de São Paulo. No PT, vem participando da "Articulação", embora com posições críticas em relação à posição majoritária na executiva estadual de São Paulo.

José Genoíno Neto — Ex-guerrilheiro do Araguaia. Atualmente deputado federal pelo PT, foi reeleito. No PT, participa da "Alternativa Operária e Popular".

Irma Passoni — Ex-deputada estadual do MDB e PT. Atualmente deputada federal do PT, foi reeleita. Participa da "Articulação" (Ex 113).

Gumercindo Milhomen — Presidente da Associação dos professores do ensino oficial de São Paulo (APEOESP). No PT, não tem participado de nenhuma articulação interna ao partido.

Paulo Renato Paim — Ex-presidente (licenciado) do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas — RS; Secretário geral da CUT nacional. Foi indicado candidato pelo congresso da Federação dos Metalúrgicos do RS. Filiou-se ao PT no final do ano passado. Apoiou a "Articulação" (Ex 113) em sua primeira convenção.

Olívio Dutra — Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, atual secretário geral. Um dos fundadores do PT e membro de sua executiva nacional. Ex-presidente do PT/RS. Participa da "Articulação".

Paulo Delgado — Militante da UTE (União dos Trabalhadores do Ensino de MG). Membro da Executiva Nacional do PT por duas vezes. Participa da "Articulação".

Virgílio Guimarães — Ex-presidente do Sindicato dos Economistas de MG. Foi o candidato do PT à prefeitura de Belo Horizonte ano passado. Foi membro da executiva nacional do PT. Participa da "Alternativa Operária e popular".

João Paulo Pires Vasconcelos — Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade. Ex-presidente da



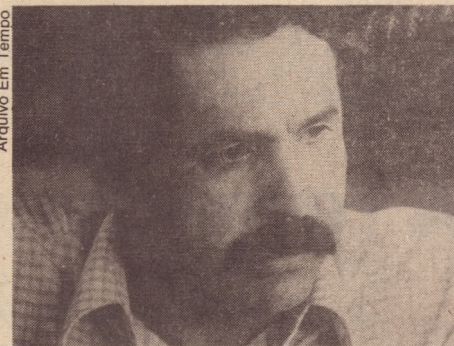
Lula



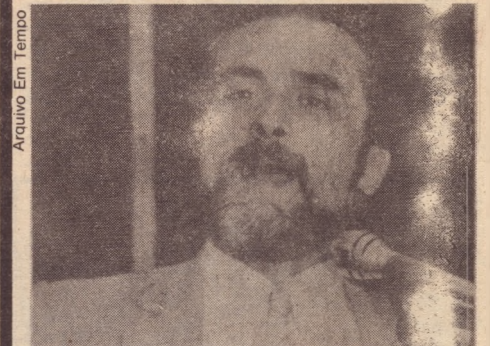
Virgílio Guimarães



Florestan Fernandes



Olívio Dutra



José Genoíno Neto

CUT estadual/MG. Foi membro da executiva nacional da CUT. Filiou-se ao PT pouco antes das eleições.

Vladimir Palmeira — Foi uma das principais lideranças estudantis de 68 no Brasil. Presidente do PT/RJ. Foi candidato a senador em 1982. No PT não tem participado de nenhuma articulação nacional.

Benedita Silva — Vereadora do PT na cidade do Rio. Liderança do movimento de favelas do estado.

Vitor Buaziz — Ex-presidente do Sindicato dos Médicos do ES. Diretor da Federação Nacional dos Médicos. Foi candidato do PT à prefeitura de Vitória em 1985. Participa da "Articulação".

Geraldo Pastana — Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém/PA. Membro da Executiva Nacional do PT. Participa da "Articulação".

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Álvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

Minas Gerais

Suzana Pires



Uma grande vitória eleitoral do PT



Frente a um PMDB fortemente conservador, o PT emerge como a grande referência do movimento operário e popular.

Ricardo Rabelo

Avotação do PT em Minas Gerais superou as expectativas mais otimistas: o partido elegeu três deputados federais e cinco estaduais. Em 1982, o partido havia eleito apenas um federal e um estadual, o qual veio a aderir ao PMDB em 1985. Enquanto Fernando Cabral o candidato ao governo do Estado obteve mais de 210 mil votos, os candidatos proporcionais receberam mais de 320 mil votos.

O crescimento do PT em Minas tem bases sólidas: é expressão direta do avanço do movimento sindical e da CUT no último período, tanto na cidade como no campo. Isso fica demonstrado pelo fato de que, em geral, os candidatos eleitos têm uma vinculação com o movimento sindical ou com a construção do partido. Por exemplo, os federais eleitos: Paulo Delgado, além da militância no movimento estadual de professores, tem uma antiga militância política e eleitoral na Zona

da Mata, sendo membro do Diretório Nacional; Virgílio Guimarães, além do trabalho junto ao movimento sindical (Dieese e presidência do Sindicato dos Economistas), é também uma das direções históricas do partido desde a sua origem; João Paulo Pires Vasconcelos é sindicalista metalúrgico da região do Vale do Aço (João Monlevade) e dirigente nacional da CUT.

Fica evidenciado também nas eleições a enorme força de atração da proposta partidária. Principalmente no que se refere aos deputados estaduais, o voto na legenda foi muito expressivo. O PT galvanizou, assim, os votos da esquerda, colocando num plano muito secundário os votos conferidos ao PCB, PC do B, PSB e à ala progressista do PMDB.

Uma outra característica da votação do PT foi o peso preponderante e dos votos do interior, em geral naquelas concentrações industriais do Estado.

Dos três deputados federais eleitos, dois deles têm a sua base principal no interior (Juiz de Fora e Vale do Aço); dos cinco estaduais eleitos, três deles tiveram a sua votação principal também em cidades do interior.

Populismo de direita

As eleições significaram a derrota dos setores que, desde o início do velho MDB, apostaram numa "renovação" do partido, no rumo de uma opção "moderna" e social-democrata. Tradicionais representantes desta corrente, como Antonio Faria, Cássio Gonçalves e o ex-deputado do PT, João Batista dos Mares Guia, foram derrotados diante do verdadeiro "rolo compressor" montado pelo esquema do PMDB de Hélio Garcia.

A esquerda reformista, PC e PC do B, também não teve muito sucesso na sua experiência de legalização. Acompanhando uma tendência nacional,

tanto o PC, que se aliou a Itamar, como o PC do B, que ficou "em cima do muro", naufragaram durante a caminhada ao parlamento.

Newton Cardoso, o governador eleito pelo PMDB, com seu populismo de direita, fermentado com fartos recursos financeiros cresceu junto aos setores da classe trabalhadora ainda desorganizados e das massas populares marginalizadas. O mote de Newton era um só: "vote no trabalho". Como contraponto, fortes denúncias de envolvimento de Itamar com os representantes da ditadura em Minas (Eliseu, Aureliano, Francelino), como se o habitual repressor de greves Newton Cardoso pudesse se dizer campeão da democracia.

Neste quadro, o próximo período deverá ser marcado por um forte crescimento do PT no Estado, como única força política capaz de fazer oposição à esquerda ao conservadorismo do PMDB mineiro.

A revanche dos operários de Ipatinga

O deputado estadual mais votado do PT

é um jovem operário da região do Vale do Aço, demitido da Usiminas por fazer oposição à direção pelega do sindicato.

Túlio Franco

operários que se tem notícia na história do país: foi lá, durante uma greve, no dia 7 de outubro de 1963, durante o governo do banqueiro Magalhães Pinto, que um batalhão da polícia atirou sobre os operários desarmados, matando dezenas deles.

A resistência à opressão da Usiminas nunca cesou. Mais recentemente, no ano passado, um grupo de operários, liderados por Francisco Carlos Delfino, o Chico Ferramenta, lançou uma chapa de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. A partir daí, a cidade viveu um verdadeiro clima de guerra, com a Usiminas e a classe dominante de Ipatinga empenhados ao máximo em derrotar a chapa Ferramenta, que concorria contra outras cinco.



Chico Ferramenta

O Vale do Aço, que concentra as cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, viveu neste 15 de novembro, de acordo com os analistas da imprensa burguesa, um fenômeno eleitoral: Chico Ferramenta, operário metalúrgico de 27 anos, obteve 42 mil votos, tornando-se o deputado estadual mais votado da região e também do Partido dos Trabalhadores em todo o estado.

A eleição de Chico Ferramenta entra para a história do movimento operário como um fato carregado de tradição. Ipatinga, cidade de 300 mil habitantes, construída ao redor da Usiminas, já assistiu a um dos maiores massacres de

dando novo corpo e nova qualidade ao Partido dos Trabalhadores.

As eleições foram outra guerra. Além de enfrentar a empresa, a candidatura de Chico Ferramenta se chocava com a candidatura do filho do prefeito de Ipatinga, coberta com o apoio da máquina de governo e do poder econômico.

Há poucos meses das eleições, morreu o pai de Chico Ferramenta em um desastre de automóvel. Com o incentivo da classe, Chico continua na luta. A comemoração da vitória eleitoral o encontra dividido em meio à participação nos piquetes e assembleias dos trabalhadores da Acesita, em greve há mais de 21 dias.

Passados os primeiros momentos, Chico Ferramenta e seus companheiros já começam a pensar os planos de trabalho para o primeiro mandato operário na Assembleia Legislativa de Minas Gerais desde 1965. "A mudança ainda não veio, veio apenas a manifestação da vontade de mudar", avalia Chico Ferramenta.

Entre os planos, incluem-se o de organizar núcleos operários do PT na re-

gião e de formar um gabinete ampliado, incluindo lideranças comunitárias, representantes de várias categorias e grupos de apoio à candidatura. Proposta de particular importância, pelo fato de possibilitar um mandato mais coletivo e democrático, além de estabelecer uma linha direta com a base do movimento.

Objetivos políticos prioritários na região começam a ser discutidos. Entre eles, a implantação definitiva da CUT e do PT como forças hegemônicas no movimento operário na região, a conquista dos dois maiores sindicatos de trabalhadores (o Sindipa e o Metasita) e a preparação para enfrentar com força a prefeitura de Ipatinga em 1988.

Seria, sem dúvida, muito importante que Chico Ferramenta inaugurasse seu mandato com uma campanha pela readmissão de todos os trabalhadores demitidos em 1985/86 por haverem participado da chapa 1-Ferramenta.

São Paulo

PT consolida suas posições

A votação obtida pelo PT em São Paulo ficou abaixo das expectativas do início da campanha, mas mesmo assim superou a percentual alcançado em 1982 (em relação aos votos válidos). Com cerca de 1.500.000 votos, o candidato do PT, Eduardo Suplicy, ocupou a 4ª colocação entre os cinco candidatos (11,03% dos votos válidos), percentual um pouco menor que o alcançado pela legenda do partido para deputado estadual e federal (elegeu oito deputados federais contra seis em 1982 e dez deputados estaduais contra nove em 1982).

Os impasses da campanha

A campanha do PT teve início em maio (logo após a convenção que indicou as candidaturas majoritárias e proporcionais) sob o impacto das pesquisas de opinião que indicaram Suplicy como o candidato mais votado do estado.

O quadro geral das eleições se apresentava então com uma fragilidade muito grande. O PMDB vinha em crise com a derrota da campanha para prefeitura em 1985 e com as ameaças de cisão depois da vitória de Orestes Quêrcia na convenção do partido. O PDS há muito não apresentava qualquer "sinal de vida" à população paulista, mesmo depois da coligação com o PFL. O candidato que se apresentava em melhores condições no início da campanha era Antonio Ermirio. Vindo do PTB, que obtivera com Jânio a vitória na prefeitura, Ermirio se apresentava como o único candidato dos partidos burgueses

capaz de fazer frente ao crescimento do PT.

O fato de que Suplicy ocupava o primeiro lugar nas pesquisas condicionou o conjunto da campanha do PT em São Paulo, e já influenciara inclusive a escolha do candidato.

A tentativa inicial da campanha foi repetir a estratégia da eleição de 85 para a prefeitura. Muito marcada pela perspectiva de que o PT disputava com chances de ganhar o governo, a campanha tentou repetir o "experiente Suplicy)", candidato "diferente", "competente" e que tinha condições de governar São Paulo. Mas a situação política em que se realizam as eleições eram bem diferentes das de novembro de 1985.

O Plano Cruzado dera condições ao PMDB de reverter o desgaste da derrota para a prefeitura, o que logo se viu quando iniciou-se a campanha pela televisão. Com uma campanha muito politizada em torno da defesa do congelamento dos preços, evocando a história do PMDB na luta contra a ditadura, Quêrcia começou uma recuperação que iria levá-lo à vitória.

A votação do PT em 85 se dera em parte em torno do que se criou na campanha de televisão. Mas agora o candidato "diferente" não era mais Suplicy e sim Antonio Ermirio, que se apresentava como um "empresário honesto", não comprometido com a "sujeira" dos polícos tradicionais e

ção "competente" para administrar o estado quanto a Votorantim.

Tudo isto levou o PT a construir uma campanha sem perfil claro para a massa potencialmente eleitora do partido. Segundo Lula, o PT "não conseguiu demonstrar que havia um confronto de classe nas eleições". E isto sem dúvida é a maior razão do pequeno crescimento do partido em São Paulo se compararmos com o resultado de outros estados.

Além disso, a fragmentação da campanha contribuiu também para a debilidade da campanha dos candidatos majoritários. Essa dispersão envolveu inclusive a direção estadual do partido, quase toda ela candidata ou com papel central em

alguma candidatura proporcional.

O peso dos votos no interior

Em São Paulo, como quase que no conjunto do país, o peso das capitais e dos grandes centros urbanos na votação do PT foi menor que o observado em 1982 e do que poderia supor a votação do PT nas capitais no ano passado. Depois de obter uma votação de cerca de 20% nas eleições municipais, o partido cresceu bem mais no interior do estado que na capital, e a não ser no ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), a votação do PT caiu na principal concentração operária da grande São Paulo fora do ABC (a região de Santo Amaro, na zona Sul da cidade de São Paulo).

Desta vez as surpresas ficaram com a votação do PT no interior, que chegou a eleger dois deputados estaduais e um federal.

Os avanços conquistados

Dessa forma, se o resultado eleitoral do partido não representa um crescimento significativo em relação a 1982, ele consolida a posição do PT no estado e elege uma bancada parlamentar, tanto a nível estadual quanto a nível federal, muito mais integradas ao esforço de construção do partido e com maior capacidade de articular os diferentes movimentos sociais com a atuação parlamentar. E sai também com o saldo da estrondosa votação alcançada por Lula, o deputado constituinte mais votado do país (ver box).



No ABCD, trabalhador vota em trabalhador

Uma grande resposta aos que apostavam no desgaste do PT junto ao setor mais combativo e de maior tradição da classe operária brasileira. Assim pode ser saudada a votação do PT na região do ABCD. O partido foi vitorioso nas cidades de Santo André e Diadema e perdeu por menos de 200 votos em São Bernardo. Cerca de 40 dias antes das eleições, a revista Senhor deu em matéria de capa o suposto abandono do PT

por parte de suas bases mais tradicionais. Mas a votação do PT na região mostra que o ABCD continua sendo a zona de maior votação do PT em todo o país. Mais que isso, a burguesia vai ter que aturar na constituinte o maior símbolo da luta dos trabalhadores do ABCD e do país, Lula, eleito com mais de 650.000 votos, é o deputado constituinte mais votado a nível nacional.

Aliás, a campanha feita por Lula marcou o conjun-

to do partido. Desde o início defendendo a tese de que o partido deveria se demarcar com uma campanha agressivamente classista, durante a campanha Lula percorreu um sem número de portas de fábricas denunciando a "Nova República" e o seu pacote econômico, a característica patronal dos outros candidatos e chamando os operários a votar no PT. Uma parcela importante respondeu aos discursos de Lula.

Assine EM TEMPO:

Um jornal na luta dos trabalhadores.

Quero assinar Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

Apoio: Cz\$ 100,00. Oferta: Cz\$ 60,00. Normal: Cz\$ 40,00.

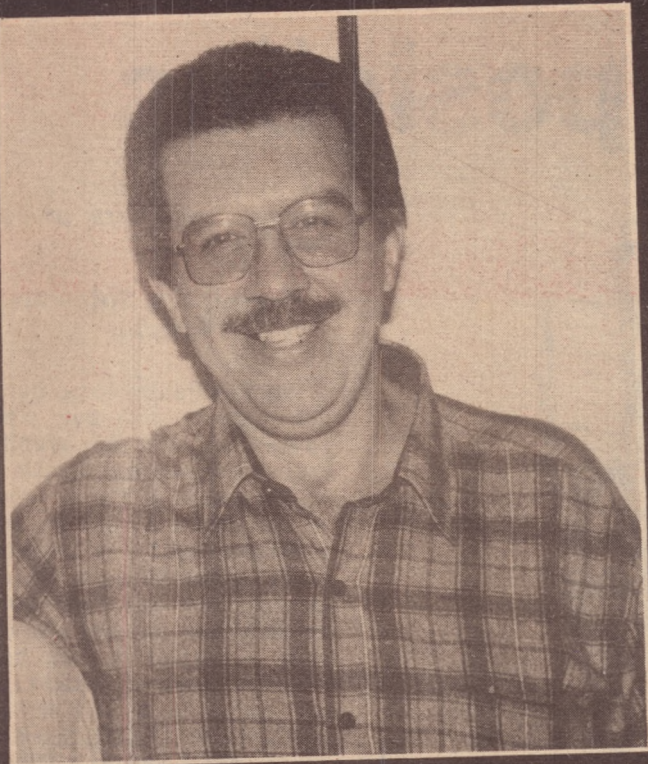
Obs: A primeira ou segunda opção dá direito a receber um dos seguintes livros (marque sua opção com um x):

- Da Crítica ao Populismo à Construção do PT, de Raul Pont.
 A Teoria Leninista da Organização, de Ernest Mandel.
 Caminhos da Construção, de Agamenon Vieira.
 Pacto Social: Da Negociação ao Pacote, de Reginaldo Moraes.

Nome:.....
 Endereço:.....
 CEP:..... Cidade:..... Estado:.....

Recorte o cupom e envie juntamente com um cheque nominal à Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo, SP.

Márcia Carnaval



Raul Pont

As grandes lições desta luta eleitoral

Em entrevista a EM TEMPO, o candidato a deputado estadual mais votado do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul faz um primeiro balanço da campanha eleitoral do partido.

Da sucursal

O PT no Rio Grande do Sul alcançou um bom resultado, elegendo dois deputados federais e quatro estaduais. Quais as razões desse desempenho?

Raul — Nas eleições das capitais e áreas de segurança, no ano passado, o partido já mostrara seu crescimento. Na capital alcançamos 11,3%, derrotando inclusive o PDS. No interior, algumas cidades tiveram resultado proporcional até melhor como foi o caso de Horizontina, na região missioneira fronteira à Argentina, onde chegamos a mais de 15% dos votos. Esses resultados e os de agora refletem a implantação do PT no meio sindical e popular. A força do PT na região metropolitana já era conhecida pois o partido é hoje a maior força sindical nessa área do estado. Além disso, foi notável o desempenho do PT na área rural. Entre os seus candidatos, o PT contava com dirigentes sindicais rurais e lideranças no meio dos sem-terra e a votação alcançada nessa região foi surpreendente. Esses companheiros ficaram entre os mais votados, elegendo, inclusive, um dos estaduais, o companheiro Adão Preto.

A votação do PT nas regiões de trabalhadores rurais foi surpreendente. Em 1982, a presença do partido nessa região foi praticamente nula.

Em 1982, a presença do PT nessa região foi praticamente nula.

Outro fato significativo é que durante a campanha conseguimos organizar mais de 50 novas Comissões Provisórias e o partido no Rio Grande caminha para mais de 150 municípios organizados. Essa presença é decisiva para as próximas lutas e processos eleitorais.

O desempenho coeso e homogêneo dos candidatos majoritários também contribuiu para o resultado, apesar do pouquíssimo tempo que tivemos no rádio e televisão. Merece destaque no re-

sultado eleitoral a grande proximidade dos resultados entre os candidatos ao governo e ao senado, revelando um voto mais consciente, mais programático e partidário do que nos demais partidos. De longe, o PT foi o Partido que teve o resultado mais harmônico entre seus candidatos majoritários e proporcionais, principalmente se levarmos em conta que o voto era desvinculado. O grande número de votos na legenda do PT não mostra apenas as dificuldades que tivemos de divulgar nossos candidatos proporcionais mas revela também a forte e crescente vinculação que o PT alcança com a massa do eleitorado.

Evidentemente, houve problemas e há consenso na direção executiva regional do partido que ficamos aquém da nossa potencialidade apesar do resultado obtido. A direção executiva do PT avaliou que com um pouco mais de empenho e com um esforço maior das várias candidaturas teríamos alcançado mais de 10% dos votos no total. Por falta de recursos, por inexperiência ou por equívoco, muitas candidaturas não conseguiram aglutinar um número maior de apoiadores, de simpatizantes, enfim, atrair para o partido no momento eleitoral o grande contingente de pessoas que se integra na atividade política num ano eleitoral.

E a tática eleitoral do PT no Sul? Agora, após as eleições como você avalia a questão da frente com o PSB que não foi aprovada no Encontro Regional?

Raul — No meu entender, no plano político, esta foi a razão maior de termos ficado nos 5,5% para governador e entre 7% e 8% para os proporcionais. O candidato do PSB alcançou quase o mesmo percentual do PT para governador ainda que este partido não tenha chegado a eleger nenhum deputado estadual. Com a eleição, ficou evidente o equívoco da não composição de uma frente com o PSB e a corrente prestista. Não só a polarização com os demais candidatos, principalmente com a "Nova República", mas a capacidade de aglutinação, de atra-

ção que teríamos com a frente, fortaleceria o campo popular e socialista. Os recursos materiais, o tempo no rádio e TV, o planejamento de viagens e atos públicos, enfim, todo um planejamento de campanha que teria maior rendimento se fosse feito em conjunto. Mas, principalmente, o caráter educativo, unificador das correntes que se reivindicam do movimento operário e sindical, teria um grande efeito político no estado. Mais rapidamente seríamos uma alternativa real para próximas lutas eleitorais.

Além do PSB, o PCB e o PC do B também não atingiram os quocientes eleitorais e com isso quase cem mil votos foram desperdiçados no campo popular. O PC do B e o MR-8 lançaram candidatos pela legenda do PMDB com a velha visão oportunista de ir de carona nos partidos da burguesia. Não elegeram ninguém além de, ao contrá-

As forças que se reclamam do movimento operário e popular poderiam atingir 15 a 20% de votos, se tivéssemos a compreensão da necessidade do trabalho comum frente à burguesia e seus partidos.

rio, dar votos para eleger representantes burgueses e conservadores.

Esses dados revelam que as forças que se reclamam do movimento operário e popular tiveram nessa eleição um potencial de votos que poderia atingir de 15% a 20% do eleitorado se tivéssemos a compreensão da necessidade do trabalho comum frente à burguesia e seus partidos. E aí a responsabilidade do PT é enorme pois pelo seu crescimento, força e implantação é o partido com mais condições de liderar uma proposta desse tipo. Esperamos que o PT retire dessa experiência a lição da necessidade de uma política de alianças ofensiva, classista, sem preconceitos e que, tenho certeza, servirá para um salto do movimento operário e popular.

A votação do candidato do PSB não significa um voto consolidado, orgânico, fruto de trabalho político como o

que o PT alcançou. Isso se evidencia na distância entre a votação para governador do PSB e os votos dados aos postos proporcionais.

Na base do PCB, ao menos no RS, é sensível a crítica e a contrariedade com a política do comitê central ou da direção regional. Há uma grande abertura para o trabalho comum e as tarefas nesse sentido não devem ser relegadas ao próximo pleito. São urgentes, imediatas. Em relação à Constituinte, na oposição aos governos do PMDB, na preparação das campanhas municipais de 88. Esse trabalho comum também servirá, certamente, para o trabalho comum junto a CUT e ao movimento sindical e popular.

Quais as tarefas para o próximo período? Como o PT pretende enfrentar a questão parlamentar agora que possui bancadas nas assembleias e na Câmara Federal?

Raul — Será, efetivamente, um teste de fogo para o partido. O parlamento tem uma força corrosiva e corruptora dos partidos de oposição ao capitalismo.

Nossa preocupação, portanto, não pode ser de apenas efetivar ou procurar levar a prática as bandeiras e propostas

O mais importante é que o trabalho parlamentar não descole, não desgarre do partido, mas revele e expresse o trabalho cotidiano e o envolvimento das massas na ação política.

do PT. O mais importante é que o trabalho parlamentar não descole, não desgarre do partido mas, ao contrário, ele revele e expresse o trabalho cotidiano e o envolvimento das massas na ação política.

A subordinação da atuação parlamentar ao partido e o rigoroso controle sobre os recursos disponíveis aos parlamentares por parte das direções regionais e nacional deverá ser redobrado. Ao lado do combate à transição conservadora e à manutenção do arrocho salarial, certamente a Constituinte será o tema prioritário do PT no próximo período.